

O USO DO CLÍTICO ‘SE’ IMPESSOAL EM ARTIGOS CIENTÍFICOS
THE USE OF THE IMPERSONAL CLITIC ‘SE’ IN ACADEMIC PAPERS

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira¹
 Doutora em Linguística
 Universidade Federal de Minas Gerais
 (adornomarciotto@gmail.com)

Lucas Willian Oliveira Marciano²
 Mestre em Linguística
 Universidade Federal de Minas Gerais
 (lucas_wom@yahoo.com.br)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar as ocorrências do clítico SE em artigos acadêmicos em português do Brasil (PB). Em foco estão os casos em que o SE, considerado apassivador pela gramática tradicional, age como indeterminador, dispensando a concordância prescritiva e indicando a presença de uma estratégia de impessoalização (Nunes, 1991; Bagno, 2001 e 2000). Para o estudo, foram coletados artigos científicos no *Corpus* de Artigos Acadêmicos do Português Brasileiro (CAPB – FALE - MG) da área de Ciências Biológicas. Os dados revelaram o uso substancial do SE como indeterminador, bem como uma mudança do SE apassivador para a função de indeterminador. Esses resultados apresentaram também impactos significativos na concordância verbal, bem como na noção de neutralidade no texto acadêmico em PB.

Palavras-chave: Clítico SE. Desagentivização. Indeterminação. Artigo científico.

ABSTRACT: This work aims to analyze the occurrences of clitic SE in academic papers in Brazilian Portuguese (BP). In focus there are instances in which SE, typically considered passive by Traditional Grammar, acts as index of indetermination, clashing with prescriptive grammar rules of agreement, while also indicating the use of a strategy of deagentivization (Nunes, 1991; Bagno, 2001 and 2000). In order to carry the research, scientific papers were collected from the *Corpus* of Academic Articles of Brazilian Portuguese (CAPB – FALE - UFMG) from the area of Biological Sciences. The data revealed a significant use of SE as an index of indetermination. They also pointed to a change from the use of passive SE towards indetermination. The phenomenon has also proved to have impacted verbal agreement, as well as the notion of neutrality within the academic text in BP.

Keywords: Clitic SE. Deagentivization. Indeterminacy. Scientific papers.

Introdução

Este trabalho pauta-se pela análise de construções em que o SE, acompanhado de verbos, não segue a prescrição da gramática tradicional (GT). Para isso, foram investigadas formas ditas inovadoras, como o recorrente exemplo **Vende-**

¹ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1857-0207>

² ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7317-4306>

se casas, que representam um fenômeno em relação ao uso do clítico SE: a destituição da partícula como pronome apassivador. Segundo a GT, no exemplo, haveria um caso de voz passiva marcada pelo uso do clítico. Nessas estruturas, a posição pós-verbal é ocupada por um sujeito, o qual deveria estabelecer concordância lógica com o verbo. No entanto, em formas como a anterior, o que aparece após o verbo é interpretado como seu objeto e cabe ao SE a marcação de sujeito, ainda que indeterminado. Esta análise é defendida por Bagno (2001), que discute sobre a percepção do falante em relação aos argumentos pós-verbo + SE: o usuário os interpreta como objeto, não como sujeito.

Acerca da visão considerada tradicional do clítico SE, Manuel Said Ali (2008), em sua clássica obra “Dificuldades da Língua Portuguesa”, já advogava em favor de uma sintaxe em que o SE, acompanhado de qualquer verbo, seja transitivo direto ou indireto, atue como agente indeterminado. Esse recurso configura-se, segundo o autor, como “fórmulas destinadas a calar o nome do agente” (2008, p. 103). Em outras palavras, essas construções apresentam uma ideia comum: alguém faz alguma coisa. Todavia, a escolha por uma forma a qual omite o agente parece ser motivada por alguns fatores, como o não reconhecimento do praticante da ação, ou o não desejo de identificá-lo, entre outros.

Assim, o emprego do termo SE tem se mostrado um importante recurso que visa a conferir afastamento da figura do escritor do texto, em especial, nos textos dissertativos, como demonstra Moraes (2013) em seu estudo sobre o tema. Dessa forma, tem-se por intenção analisar este uso do SE, dissonante da prescrição gramatical, em artigos acadêmicos, uma vez que há conflitos teóricos e/ou prescritivos: para a GT, deve haver a concordância entre sujeito e verbo; para o falante, a concordância é dispensável, mesmo em se tratando de contexto formal, como é o caso da produção do texto científico.

Em relação aos textos acadêmicos, especificamente, Hyland (2009) afirma que essa esfera discursiva tem modificado a forma como a realidade é interpretada (p. 2). O discurso acadêmico permeia vários gêneros encontrados no dia a dia: desde bulas de remédio a boletins de previsão do tempo. Portanto, conhecer esse discurso e saber empregá-lo se torna essencial para a produção de conhecimento e sua divulgação.

Mais particularmente, objetiva-se explorar o uso do SE, por meio de análises de textos correntes, como um recurso proveitoso para conferir a neutralidade do discurso acadêmico, representado pelos artigos científicos selecionados. Em foco, as construções inovadoras, que têm adquirido espaço na língua em uso, incluindo o contexto formal. Com a ciência de que tal estratégia ainda figura em posição litigiosa – aceita por uns (linguistas e falantes) e rechaçada por outros (gramáticos mais conservadores) –, espera-se propor uma discussão direcionada ao reconhecimento do SE como marca linguística do texto acadêmico; como promotor de efeitos de impessoalidade; e como apassivador empregado tal qual indeterminador³. Diante do panorama geral do artigo, na seção seguinte passa-se a uma breve discussão sobre gênero textual, língua e uso, que embasará a seção de análise inserida mais adiante neste texto.

Gênero textual, língua e uso

As discussões e análises apresentadas neste artigo terão como base dois aportes teóricos: as concepções relacionadas a clítico SE e as noções atreladas ao artigo científico. Este último, para Halliday (2004), está relacionado à ideia de forma e uso. Para o autor, a estrutura textual surge a partir do emprego da língua. Assim, gêneros existem porque há a necessidade de comunicação. Para isso, deve-se considerar tanto o contexto de produção quanto a intenção comunicativa.

Ainda dentro do conceito de gênero, Martin (2002) aponta para o fato de estágios e direcionamento social. Assim, gêneros permitem que assuntos da sociedade ganhem concretude ao serem realizados em formas bem delimitadas. Assim, o conceito de gênero que se vê aqui não está relacionado apenas à estrutura. Na verdade, a função é uma questão central para a definição da ideia, já que é o objetivo comunicativo aquilo que seleciona a forma de textual, não o contrário.

A ideia do funcionalismo da língua, isto é, a visão de que a língua é ação e significado e serve para “fazer coisas”, tem sido bastante reconhecida, conforme afirma Thompsom (2014). Uma das grandes questões propostas por funcionalistas é justamente o caminho percorrido para que esses textos gerem significado. Quando a

³ Neste trabalho, empregamos “indeterminador” e “impessoalizador” como termos equivalentes.

língua é o centro da discussão, sabe-se que há uma considerável diferença entre o que a Gramática Tradicional prescreve e o que o falante usa. Também, as normas da GT, em muitos casos, nem mesmo se aproximam daquilo que falantes conhecedores das regras da língua empregam. Um exemplo dessa discrepância pode ser visto nos dados que serão apresentados neste estudo: embora a GT prescreva a concordância verbal na voz passiva sintética, as amostras revelam um uso do falante que foge a essa prescrição. Para os usuários da língua, essas estruturas têm adquirido, cada vez mais, a forma de voz ativa com verbo e objeto, dispensando a concordância. Para a tradição gramatical, a voz passiva sintética (VPS) ocorre com verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos. Ela se diferiria da construção com sujeito indeterminado, pois este ocorre com verbos transitivos indiretos ou intransitivos. Logo, o que se coloca em discussão é a polarização tradição gramatical/concepção do falante. A seguir, apresenta-se um olhar panorâmico dos estudos sobre o SE e a relação entre os polos mencionados, que terminam por ser um contínuo de um mesmo fenômeno.

Estudos recentes sobre o SE

O uso do SE em estruturas inovadoras parece estabelecer uma nova relação da partícula com o contexto no qual está inserida: antes visto como apassivador, o clítico parece absorver uma função sintática não esperada para si – a de sujeito. Numa visão diacrônica, segundo alguns gramáticos, vindo do latim, o SE não atuava como sujeito. Portanto, na VPS, o verbo deve concordar com o sujeito que, na voz ativa, exerce a função de complemento verbal do tipo objeto. A visão dos próprios gramáticos sobre o SE é controversa. Bechara (1999) defende a concordância do verbo com o sujeito paciente. Porém, este mesmo autor aponta que alguns escritores possam não seguir a concordância prevista (p. 563). Com um olhar mais atual, Perini (2000) argumenta que o uso de verbo e sujeito plurais se deve a uma imposição da escola. Para o linguista, as duas formas, com e sem concordância, devem ser consideradas; afinal, trata-se de um uso recorrente na língua. Dizer que a ausência de concordância não ocorre é omitir um fato linguístico e negar uma forma que, para o falante, parece ser aceitável.

Em oposição à visão menos tradicional, Napoleão Mendes de Almeida (1992) defende que frases como **Aluga-se casas** correspondem a **Casas é alugada**, o que configura erro (p. 210). Nesse olhar, é proposto que a VPS corresponde à voz passiva analítica (VPA). Contudo, deve-se considerar que estruturas diferentes servem a usos diferentes. Caso contrário, não haveria motivo para a existência de duas formas que, na perspectiva de Almeida (1992), são sinônimas. Enquanto a VPS omite o agente, na sintaxe da VPA é possível a presença de um argumento preposicionado que atua como o controlador da ação: **Casas são alugadas por alguém**.

Sobre a distinção verbo transitivo direto e verbos transitivos indiretos / intransitivos, Amorim (2011) questiona o que faria com que as análises para cada um fossem diferentes. Analisando a GT, a autora aponta dois aspectos básicos: tradicionalmente, o SE não pode ser sujeito nem pode haver sujeito preposicionado. O primeiro ponto encontra explicação no latim. Como dito, o SE não funcionava como sujeito, pois só ocorria como objeto, no caso acusativo. Entretanto, as mesmas gramáticas tradicionais, ao abordarem o sujeito indeterminado, apontam o SE como índice de indeterminação do sujeito. Em frases com verbo transitivo indireto, o argumento verbal não pode ser sujeito, recaindo essa função sobre o SE. Assim, o que se vê, para Amorim (2011), é uma arbitrariedade nas regras, que funcionam diferentemente em cada contexto. Bagno (2001) apresenta análise semelhante. O SE indeterminador é analisado sob viés semântico, enquanto o SE apassivador é justificado pela sintaxe e por sua origem no latim. Portanto, não há consenso na explicação de cada fenômeno.

Se apenas o critério semântico fosse selecionado, acredita Bagno (2001) que, para os verbos transitivos diretos, ver-se-ia somente a necessidade de um sujeito com traços humanos e um objeto do verbo. Exatamente por causa dessa possibilidade é que o falante entende estruturas sintéticas como compostas por verbos e seus objetos, não sujeitos. Para Scherre (2005), as formas sem marcação plural não são analisadas como negativas, ou seja, rechaçadas ou agramaticais, uma vez que, para o usuário da língua, o argumento pós-verbal em estruturas com o SE é analisado como objeto. De acordo com Bagno (2007), esse fenômeno se configura como “pseudopassivas sintéticas”, já que o falante só reconhece como passiva as formas com locuções verbais, isto é, perifrásticas (por exemplo, **Casas são vendidas**).

Amorim (2011) defende que formas não mais consagradas, as quais o falante não mais utiliza, não podem continuar sendo impostas como corretas. Essas estruturas já não mais condizem com a interpretação do usuário. Assim, prescrevê-las seria reforçar algo em desuso, que já perdeu seu valor.

Ainda sobre o uso e a categorização do SE, Nunes (1991), assim como Monteiro (1994), constata o que Naro (1976) observa: o SE passivo precede o SE indeterminador, que é relativamente recente. Nunes (1991) compara o Português Brasileiro (PB) ao Português Europeu (PE) ao observar que em relação às construções com verbos transitivos, o PE falado praticamente se mantém estável em relação à variação provocada pelo surgimento do SE indeterminador, tendo, assim, no PE moderno, uma preferência pela construção com o se apassivador, diferentemente do PB, que se distingue por oposição a essa tendência.

Para Ikeda (1977), no PB, o SE sempre indica indeterminação. Ainda, Monteiro (1994), Nunes (1991), Naro (1976) defendem que o SE passivo antecede o SE indeterminador, relativamente recente e preferência do PB. Monteiro (1994) também advoga que o SE, em sentenças como **Morre-se de fome e Aluga-se essa casa**, marca indeterminação; o que contrasta com a GT, a qual assumiria um SE indeterminador no primeiro caso e um apassivador no segundo. Por fim, Bagno (2000) é mais radical ao afirmar que não há SE apassivador no PB, apenas indeterminador ou reflexivo.

Em seus estudos, Duarte (1995, 2000 *apud* DUARTE, BARBOSA & KATO, 2003) apontou que o uso do clítico SE como estratégia de indeterminação, no discurso falado, é mais recorrente em pessoas mais velhas com alto grau de instrução. Esses resultados revelam uma tendência de uso do SE que, em contextos escritos (mais formais), deveria aparecer de forma a seguir orientações tradicionais. Contudo, o que se percebe é uma mescla de usos: a partícula, tida como impessoalizadora do discurso, tem sido empregada seguindo-se estruturas que fogem às regras da gramática tradicional. A essa interseção de usos, Bagno (2000) chama de “português brasileiro de ponta”, que é a tangência de todos os aspectos linguísticos compartilhados por todas as variantes da língua usada no Brasil.

Estudos (NARO, 1976) têm mostrado uma relação de derivação entre estruturas com SE apassivador e SE impessoalizador, como já mencionado. O

segundo teria surgido após o primeiro, num processo de apagamento da concordância, gerando apenas uma forma cuja função é evidenciar a ausência de um agente. Ainda segundo Duarte *et al* (2003), embora na fala não se perceba com frequência a ocorrência do SE, no contexto escrito, mais conservador, o falante parece recorrer ao uso do SE.

Sobre a divisão *apassivador/ indeterminador*, para Bagno (2007), “a língua é lugar e meio de conflito”, já que reflete a sociedade na qual os falantes se inserem. Embora **Vende-se casas** e **vendem-se casas** expressem, linguisticamente, o mesmo conteúdo, sabe-se que cada enunciado carrega algo a mais, como o nível socioeconômico, a relação com cultura letrada e a posição hierárquica ocupada pelo falante na sociedade. Para o autor, o valor da forma linguística está atrelado à condição social do falante. Assim, quanto menor a renda e/ou a escolaridade, por exemplo, menos prestígio terá a variante usada. Para Bagno (2007:176), quando surge uma variante inovadora, se ela tem origem em usos marginalizados da língua, ou seja, aqueles feitos por falantes menos escolarizados, dificilmente a nova forma adentra o contexto das normas mais valorizadas. Somente as formas que conseguem vencer o julgamento social são englobadas pelas variantes de prestígio. Porém, mesmo nesse patamar de importância, tais variantes ainda são vistas como erro pelos mais tradicionais.

Bagno (2001) e Scherre (2005), como dito, têm apresentado discussões sobre a variação do uso da voz passiva sintética em confronto com a Gramática Tradicional. Os autores vêm defendendo a ideia de que o SE, nessas construções, atua como *indeterminador* do sujeito, não como *apassivador*. Contudo, como visto, a GT insiste em prescrever um uso, o da concordância do verbo com o sujeito – ainda que o falante já tenha deixado de usá-lo em algumas situações, principalmente informais –, mas que também ocorre em contextos formais, como o do artigo científico.

Autores como Cunha (1972) e Bechara (1992) reconhecem o uso da passiva com o SE, orientados pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (1959). Bechara (2001), porém, revê a própria análise, afirmando que a passiva passa a ser vista como *impessoal* pelo falante, que evita realizar a concordância verbal. Mais à frente, considera que ambas as formas, com e sem concordância, estão certas. Cunha (1972), por sua vez, considera que o uso da passiva com a “correta” concordância

ocorre na linguagem “cuidada” (p. 305), deixando subentender que no uso informal não há relação entre verbo e sujeito.

Outro gramático a defender o uso inovador, isto é, que considera o elemento pós-verbal como objeto, é Celso Luft (1986). Assim como Perini (2000), para o autor, a concordância ocorre por mera imposição da gramática. Para Luft, o SE termina por assumir a função de sujeito indeterminado, como em **Aqui se trabalha** e **Aqui a gente trabalha**.

Na mesma perspectiva de Bagno (2000), Brito (2007) defende que, no PB, não há um SE apassivador. O que existe é um clítico que assume a função de sujeito. Para Bagno (2004:131), o SE está em processo de transformação e caminha para a inclusão no grupo de pronomes que atuam como sujeito. O uso do SE indeterminador em estruturas passivas, para Brito (2007), seria uma forma de evitar confusões entre o SE reflexivo e o indeterminador.

Em seus trabalhos, Nunes (1991) analisa, diacronicamente, a trajetória do SE apassivador e do indeterminador. Para o pesquisador, citando Naro (1976), há uma relação muito próxima entre as duas partículas: o SE apassivador é anterior ao SE indeterminador. No português brasileiro (PB), a preferência tem sido o último, conforme atestam os dados analisados por Nunes (1991). Em relação ao SE apassivador, o autor analisa que sua ocorrência tem estado mais associada à modalidade escrita culta do PB. Além disso, o indeterminador teria surgido de uma “reanálise” (p. 37) de seu precursor. O motivo de tal mudança, para o autor, de forma geral, seria o entendimento do SE como um pronome vazio que faz referência anafórica. Além disso, em uma análise diacrônica, Nunes (*op. cit.*) apresenta a expansão do uso do SE indeterminador.

Segundo Dutra (2015), por apresentar variações em seu uso, o SE tem suscitado discussões relacionadas a suas três funções mais comuns: apassivador, indeterminador e reflexivo. Embora semelhantes, há um ponto bem esclarecido pelos estudos sobre o SE: os dois primeiros (apassivador e indeterminador) não se confundem com o terceiro (reflexivo) (ALMEIDA, 1977 *apud* DUTRA, 2015). Analisando cada estrutura, a autora reforça a ideia de que, ao se compararem as vozes passivas analítica (verbo SER seguido de participípio) e a sintética (com o SE), percebe-se que esta última marca de forma mais sensível o apagamento do agente.

Além disso, confrontando a concepção tradicional, para Dutra (2015), a impessoalização não ocorre apenas com o chamado SE indeterminador, o qual, segundo as gramáticas tradicionais, aparece com verbos transitivos indiretos ou intransitivos. Na verdade, para a pesquisadora, tanto a passiva sintética (formada por verbo transitivo direto) como a analítica podem promover o apagamento do agente. Assim, essas três formas estariam muito mais próximas do que gostariam de admitir os textos tradicionais.

A proposta de Dutra (2015) procura entender a passiva analítica (chamada por ela de pessoal) e a sintética (chamada por ela de impessoal) como estruturas com remoção de sujeito. Além disso, a posição ocupada pelo argumento verbal seria a de objeto, em oposição à análise tradicional, a qual reconhece, na voz passiva, a presença de um sujeito. Com essa nova visão, a autora pretende tecer uma explicação mais concisa da passiva, bem como explicar a relação das duas formas da passiva, que é justamente a remoção do agente.

Sobre a função reflexiva do SE, citando Aguiar (1942), afirma-se que essa é a primeira função da partícula, a qual projeta o processo sobre o próprio agente. Assim, haveria uma gradação do uso do SE, partindo de sua “gênese”, reflexivo, até seu emprego mais atual, indeterminador. Este último, como visto, ocupa um lugar controverso: está entre a norma e o uso. Se entendido apenas como forma de omitir sujeito, independente do verbo que acompanha, dispensa a concordância de número.

Neste ponto do texto, cabe perguntar: qual o uso mais recorrente do clítico SE nos textos analisados? O que se pretende é entender o olhar do falante sobre o uso da partícula; afinal, é o usuário quem legitima o uso linguístico (Bertoni-Ricardo, 2005). Tomando por base as concepções menos tradicionais e menos enrijecidas, como Bagno (2000) e Perini (2000), parece plausível entender o SE, nos casos a serem apresentados, como marca de indeterminação, o qual absorve a função de sujeito, mas omite o agente. Para verificar isso, a seguir descreveremos os procedimentos de coleta e de análise de dados utilizados nesta pesquisa.

Metodologia de coleta e de análise de dados

Os dados deste estudo foram retirados de artigos científicos pertencentes ao *Corpus* de Artigos Acadêmicos do Português Brasileiro (CAPB) (OLIVEIRA;

OLIVEIRA; MIRANDA, 2018). Trata-se de um *corpus* gratuito que disponibiliza textos retirados da biblioteca eletrônica *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*) para pesquisa linguística. O CAPB é organizado em nove grandes áreas do conhecimento, seguindo o padrão da *SciELO*: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar. Os textos selecionados para esta pesquisa fazem parte da área de Ciências Biológicas (CB). A escolha dessa área específica se justifica por ser um *corpus* controlado, já que se trata de publicações da mesma disciplina e que, provavelmente, seguem orientações de escrita bem próximas. Isto é, o uso de uma única área favorece a análise de dados uniformes e próximos entre si. Além disso, a área de CB apresenta um alto número de publicações, contando, na época da coleta de dados (ano de 2018) com aproximadamente 401.821 palavras.

Com base nisso, analisou-se a frequência de ocorrência do clítico SE nos textos coletados. Os artigos, em formato .txt, foram inseridos no programa *Kitconc*© 4.0 (MOREIRA FILHO, 2018). O *software* permite criar lista de palavras, mostrando a ocorrência de termos e suas concordâncias. Após a criação da lista de ocorrências, a qual conta com 3170 aparições do SE, foi necessário limpar o material, uma vez que o interesse da dissertação é o clítico SE. Portanto, conjunções condicionais e integrantes, siglas, partes de expressões latinas foram excluídas. A limpeza foi feita no próprio *software*, obtendo-se 3037 ocorrências. A partir do *corpus* parcial, devido a observação de um fenômeno que se mostrou considerável – a ausência de concordância verbal quando há SE apassivador –, foi feita uma seleção manual apenas de ocorrências com verbo no singular e sujeito paciente no plural, resultando em 40 ocorrências com o SE inovador.

Também com o uso do *Kitconc*© 4.0 (MOREIRA FILHO, 2018) foi possível mapear a posição mais comum do SE em relação aos verbos. A Figura 1 mostra a quantidade de ocorrências do SE pós-verbal. O código N-1 indica que foram elencadas as palavras que aparecem à esquerda do SE. Os resultados da figura mostram que a posição pós-verbal é tendência de uso no *corpus*: das 10 palavras mais frequentes à esquerda do SE, 7 são verbos. Esse contexto indica a percepção do falante de que o SE deve vir preso a uma estrutura verbal.

Figura 1: Contextos de ocorrência do SE – posição pós-verbal

kitconc 4.0

Corpus Lista de palavras Palavras-chave Concordâncias Colocados N-gramas Dispersão

N-1

N	Palavra	Frequência	Marca
1	QUE	161	
2	OBSERVOU	145	
3	UTILIZANDO	102	
4	VERIFICOU	87	
5	UTILIZOU	84	
6	PODE	78	
7	NÃO	66	
8	CONSIDERANDO	58	
9	OBSERVA	57	
10	DE	54	
11	QUANDO	46	
12	TORNA	38	
13	VERIFICA	34	
14	DEVE	28	
15	ENCONTRAM	28	
16	ONDE	26	
17	REALIZOU	26	
18	PARA	25	
19	TEM	22	
20	AO	22	
21	DESTACAM	21	
22	DESTACA	21	
23	OBTENDO	20	
24	APRESENTARAM	20	
25	DESTACANDO	19	
26	ENCONTRA	19	
27	E	19	

Fonte: (MARCIANO, 2019)

Assim, a partir da coleta de dados e das evidências encontradas na tabela, a seguir é apresentada a análise feita com base nas ocorrências do clítico SE.

Análise de dados e discussão

As 40 amostras retiradas do *corpus* permitiram perceber algumas semelhanças em relação ao uso do clítico SE como indeterminador discursivo, ainda que em estruturas as quais, para a GT, configurem voz passiva. A seguir, são apresentados alguns exemplos e suas análises:

- (01) **Avaliou-se** o crescimento e a sobrevivência em duas faixas de idade, o que pode contribuir para aperfeiçoar a larvicultura desta espécie em laboratório.
- (02) Neste experimento **utilizou-se** larvas recém eclodidas alimentadas exclusivamente com rotíferos *Brachionus rotundiformis*.

Pautando-se nas concepções tradicionais do clítico SE, ou seja, aquelas apresentadas pelas gramaticais normativas, como Cunha (1972) e Bechara (1992), percebe-se que os exemplos expostos se distanciam da regra prescrita pelos manuais. Em frases cujos verbos são transitivos diretos – como é o caso de **avaliar** e **utilizar**, nos exemplos (01) e (02), respectivamente – ou bitransitivos e são seguidos pela partícula SE, tem-se uma estrutura sintática de voz passiva sintética. Nessa organização, o sujeito, chamado de paciente, deve manter a concordância com o verbo principal.

Nos trechos retirados do *corpus*, é notável que as estruturas com verbo e clítico SE representam a tradicional voz passiva sintética. Contudo, como mencionado, há um desalinhamento, segundo a GT, pois, nessas orações, não há concordância prescritiva entre o sujeito e seu respectivo verbo. Retomando os exemplos de anteriores, observa-se que:

- a) No exemplo (01), o sujeito é composto formado por dois núcleos no singular (**crescimento** e **sobrevivência**). Contudo, o verbo relacionado a esse sujeito encontra-se no singular.
- b) Em (02), o núcleo do sujeito paciente posposto ao verbo (**larvas**) está no plural, indicando uma marcação de número mais evidente do que apenas a existência de mais de um núcleo. No entanto, assim como em (01), não foi feita a concordância no plural entre verbo e sujeito.

Tal fenômeno se repete em estruturas complexas, com sujeitos compostos e extensos, formados por núcleos seguidos de muitos especificadores; e em estruturas básicas, cujos sujeitos são simples (no plural). A seguir, são apresentados outros exemplos retirados do *corpus*:

(03) A cada dia, porém, **torna-se** mais importante o estudo e a conservação desses fascinantes animais que possuem uma biologia reprodutiva diferente de outros mamíferos.

(04) Utilizou-se uma ficha específica, onde **anotou-se** dados biológicos referentes à data, espécie, idade, muda (rêmiges e retrizes), massa corporal total e número da anilha.

Comparando-se os exemplos (03) e (04) com os exemplos (01) e (02), respectivamente, nota-se uma tendência: a ausência de concordância verbal com os respectivos sujeitos. Como dito, mesmo em contextos nos quais há verbo e núcleo do

sujeito no plural, sem a intercalação de informações que podem fazer com que a concordância possa se deslocar, há a ocorrência de sujeito plural com verbo no singular. Em contextos complexos, em que o sujeito está distante do verbo ou apresenta dois núcleos singulares, como em (03), o fenômeno se repete. Estruturas como as apresentadas aparecem 40 vezes ao longo do *corpus*.

A evidência de que o falante não concorda o sujeito paciente no plural com o respectivo verbo é reveladora de uma tendência que tem sido observada no PB em relação ao uso do SE. Conforme Bagno (2000) postula, não há o SE apassivador em PB, apenas o SE indeterminador e o SE reflexivo. Além disso, como visto, Bagno (2001) e Scherre (2007) defendem que, para o falante, participantes pós-verbais configuram objeto, não sujeito, dispensando-se a concordância de número.

Nos exemplos nos quais não há relação de concordância entre o verbo e o sujeito, dada a presença do SE, nota-se um processo aceitação do SE como indeterminador apenas. Dessa forma, devido ao considerável número de ocorrências desse fenômeno, o que se nota é a consagração de um uso no contexto formal. Nesses casos, o SE apenas aparece como marca de desagativização verbal, assumindo a função de sujeito. Isto é, o termo ocupa uma posição sintática que reflete uma marca semântica. Em suma, o posicionamento do SE parece ser uma marcação mais estrutural do que, propriamente, semântica. Retomando Amorim (2011), o SE latino, em tese, não poderia ocupar função de sujeito, mas parece que o fato é justamente este nos exemplos: o clítico absorve uma função sintática, mas não expressa semanticamente a ideia de agente.

O falante, ao usar o SE, salienta duas concepções centrais: (a) trata-se de um pronome, por isso os dados revelam elevados números de ocorrência do SE pós-verbal; e (b) a ausência de concordância indica que, para o falante, o SE é uma marca impessoalizadora do discurso. É válido lembrar que a função pronominal do SE tem etimologia latina, como visto em Amorim (2011). Contudo, o uso do SE tem se associado cada vez mais a posição de sujeito. Brito (2007) defende a ideia de que o SE tem assumido tal função. Para Bagno (2000), o pronome passa, então, a fazer parte do grupo de clíticos que podem atuar como sujeito.

Há outras condições que também podem contribuir para a alegada cristalização do SE como marca de desagativização verbal, fazendo com que não

haja concordância entre o verbo e o sujeito. Em outros exemplos extraídos do *corpus* puderam-se observar mais estruturas como as apresentadas nos exemplos de (01) a (04), como o que se vê em (05) e (06):

(05) A seguir, **misturou-se** 10 mL do soro diluído 1:100 no tampão de lavagem.

(06) **Mediu-se** 50 mL de solo em becker e transferiu-se o conteúdo para balde de plástico.

Parece plausível partir de uma análise em que o argumento do verbo seja central para o fenômeno em análise. Nas amostras em (05) e (06), a presença dos números, que são ideias plurais sem marcação morfológica, influenciaria no uso do SE passivador. Obviamente, outros aspectos devem ser considerados: o argumento verbal aparece numa posição, tradicionalmente, ocupada por objetos. Além disso, como já discute Nunes (1991), o SE absorve funções dentro da estrutura, gerando a ideia de impessoalidade. Contudo, o fato de haver os números chama a atenção, já que eles reforçam um apagamento, para o falante, de um argumento que poderia ser entendido como sujeito.

Nas concepções da GT, se o sujeito representa um número maior que 1, tradicionalmente, o verbo deveria ir para o plural: **misturaram-se 10 ml do soro** ou **mediram-se 50 ml de solo**. Na teoria de Almeida (1992), frases como a presente em (05) corresponderiam a **10 ml de soro diluído foi misturado**, configurando erro. Para o falante, por outro lado, não parece ser essa a interpretação. Conforme Halliday e Matthiessen (2004), se língua é instrumento, formas diferentes servem a propósitos diferentes. Assim, as tradicionais voz passiva sintética e voz passiva analítica não poderiam ser entendidas como sinônimas.

Nos exemplos, é válido ressaltar o efeito de impessoalidade alcançado. As ideias de **misturar** ou **medir** obviamente são realizadas por um agente, o qual não é expresso no texto. Isso se dá pois, como discutido, o propósito do texto acadêmico é o apagamento de uma figura agentiva para que o foco recaia sobre a ação realizada. Nesse caso, conforme Said Ali (2008), o SE serve como forma de silenciamento do agente.

Os exemplos (05) e (06) levam em comum o argumento verbal expresso por um número. Essa forma, quase cristalizada, parece uma excelente estratégia para

descrição de metodologia e apresentação / análise de resultados. Para a estruturação do gênero artigo científico, essas estruturas linguísticas marcam partes padronizadas, ou seja, aquelas previsíveis na composição do gênero. Este pode ser mais um indício que explica o emprego do SE nesses textos, já que a estratégia é uma escolha linguística que, para além do conteúdo que carrega, apresenta outras informações, como a intenção de afastamento da figura do autor em relação ao texto.

Entre as 40 amostras com uso inovador do SE, há estruturas em que o clítico aparece seguido por argumentos pós-verbais com marcações de plural. Contudo, nesses casos, embora o falante possa ver claramente a relação sujeito-verbo, não ocorre a concordância verbal, como no exemplo que se segue:

(07) Nas condições utilizadas nesse estudo para extração dos óleos essenciais de *C. nardus*, *S. montana* e *C. limonia*, além da caracterização química, **observou-se** as variações no rendimento e umidade.

Nos exemplos (05) e (06), em que aparecem os números, foi possível tecer uma análise mais lógica em relação a ausência de concordância. Por outro lado, para casos como o exemplo (07), a análise que se propõe é a aquela já apresentada por Nunes (1991): o SE parece absorver argumentos verbais, sendo percebido como índice de impessoalidade. Assim, a sua simples presença, independentemente do tipo de verbo que acompanha, já é o suficiente para que haja o processo de impessoalização. Essa ideia é defendida por Said Ali (2008), o qual também desconsidera a regência do verbo para uso do SE desagativizador. No exemplo em questão, nota-se uma estrutura relativamente simples: verbo, SE, sujeito/objeto. Todavia, a suspensão da interação entre verbo e complemento, nos conceitos tradicionais, parece endossar a análise proposta. Da forma como a sentença se apresenta, há mais semelhanças com uma organização de sujeito indeterminado do que um sujeito apassivado. Assim, não seria impossível propor uma análise em que, conforme Nunes (*op. cit.*), o SE apassivador esteja bem mais próximo do SE indeterminador do que até então se supunha.

Como tem sido reforçado ao longo das análises, o que se apresenta aqui são evidências de um fenômeno em processo. O *corpus* constitui um pequeno recorte da língua em uso e a seleção do SE desagativizador é um subgrupo ainda menor. Há

de se considerar, porém, que os exemplos são legitimados pelo uso que o falante faz deles e representam uma aceitação desse emprego peculiar do clítico.

Nos próximos exemplos, há casos em que o argumento pós-verbal é formado por dois núcleos nominais, ambos no singular. Essas formas são complexas porque demandam uma análise mais atenta do falante, o qual precisaria entender que, na forma passiva, haveria um sujeito apassivado posposto formado por duas partes, configurando concordância plural. Contudo, essa relação é de difícil percepção, visto que, dentro de todas as ocorrências, é a que mais prejudica o entendimento de uma relação verbo-sujeito, como se vê em (08):

(08) Contudo, não pode-se afirmar que esta espécie seja micorrízica obrigatória, considerando o conceito explicitado anteriormente e as condições em que esses estudos foram realizados, uma vez que não **avaliou-se o crescimento e o desenvolvimento** de plantas de catuaba na presença e ausência de FMAs

O argumento verbal com dois núcleos, tradicionalmente chamado de sujeito composto, não realiza a concordância com o verbo, como já exposto nos exemplos (1) e (3). Talvez, o que ocorre é algo parecido com os argumentos de um núcleo: há semelhança no formato de verbo seguido de objeto. A diferença é que parece que se trata de um objeto com dois núcleos. Outra diferença é a ausência de marcas morfológicas de plural. Com os participantes de um núcleo, como em (07), havia a marcação de número. No caso acima, entretanto, os dois núcleos estão no singular, reforçando ainda mais a impessoalização do verbo. Outro exemplo segue o mesmo padrão apresentado. Há uma desconfiguração de qualquer estrutura a qual poderia indicar uma relação de verbo e sujeito passivo:

(09) Como para o estuário da Lagoa dos Patos não se recomendou o uso da transparência no cálculo do IET total e **se incluiu o fosfato e o nitrogênio** total (...)

Nesse recorte, assim como no anterior, todos os núcleos vêm determinados por artigos, o que deixa mais marcada a presença de cada um. Inclusive essa marcação é levada em conta, pela GT, para a concordância. Em casos como **É necessário permissão e É necessária a permissão**, é o artigo que orienta

concordância de gênero. Também, em casos como **É necessário medidas** e **São necessárias as medidas**, o número é regido pelo artigo. Desta forma, seria esperada a concordância orientada pela Gramática Tradicional, o que não ocorre.

Assim, a hipótese de que o SE tenha passado a atuar de apassivador para indeterminador, defendida por Nunes (1991), parece encontrar aporte nos exemplos aqui apresentados. Fica visível que, na concepção do falante, o clítico assume uma função pragmaticamente importante no texto acadêmico: a impessoalização discursiva. Esse fenômeno transcende a concordância prescritiva, que foca em uma orientação enrijecida, o falante, no entanto, interessa-se pelo uso da estrutura e por seus efeitos contextuais.

Conforme foi possível observar até aqui, utilizando-se o *software Kitconc*© 4.0 (MOREIRA FILHO, 2016), pôde-se comparar a frequência de uso do SE em relação ao verbo. As amostras revelaram que, prototipicamente, o SE ocupa a posição pós-verbal, revelando sua natureza pronominal (a qual parece ser percebida pelo falante). A esse respeito, é importante ressaltar que as informações pós-verbais são interpretadas como complementos do tipo objetivo, uma vez que essa é a posição mais comum desses termos. O sujeito, por sua vez, tende a ocupar a posição pré-verbal, estabelecendo relação de concordância com o verbo principal. Dessa forma, para o pesquisador, não há sujeito na estrutura com o SE, pois não há termos ocupando posição pré-verbal.

A seguir passa-se às considerações finais do estudo.

Considerações finais

Esta pesquisa objetivou analisar ocorrências do clítico SE em artigos científicos retirados do *Corpus* de Artigos Acadêmicos do Português Brasileiro (CAPB) (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MIRANDA, 2018). Os resultados revelaram uma tendência do emprego do SE que sugere o apagamento do agente verbal. Assim, verificou-se que, na visão do falante, a presença do SE prescinde da codificação do sujeito gramatical e, por causa disso, a concordância verbal tradicional não é aplicada pelo falante. Há, dessa forma, uma preferência pela forma verbal singular, ainda que o sujeito da voz passiva esteja no plural. É também interessante observar que esse uso é frequentemente observado em contextos menos formais, em que a preocupação

com as regras gramaticais prescritivas costuma ser menor. Entretanto, nos dados aqui observados, houve uma migração desse fenômeno para um contexto mais formal e acadêmico. Registrou-se, portanto, uma prevalência do uso do SE como elemento ligado à impessoalização discursiva em nossos dados e à neutralização do agente. Nos exemplos aqui apresentados, o que se notou foi a ocorrência de estruturas com o SE seguindo a forma tradicional de sujeito indeterminado, mesmo quando esse não era o caso. Verificou-se, portanto que, para o falante, sujeito indeterminado e voz passiva sintética são intercambiáveis como categoria de desagentivização verbal. Essa análise corrobora a proposta de Bagno (2000), o qual afirma que, no PB, há apenas SE indeterminador e reflexivo.

Ao se comparar o número total de SE no *corpus* e sua ocorrência em vozes passivas sem concordância (40), vê-se que há uma inclinação para esse uso.

Finalmente, mas não por último, os dados sinalizam a importância de uma análise da língua com base no uso, que deve também repercutir no ensino de PB. Diante disso, corrobora-se Bortoni-Ricardo (2005), ao propor um ensino centrado nas várias formas de emprego da língua, ou seja, em uso significativo e atual.

Espera-se que outras pesquisas possam escrutinar e ampliar os dados aqui discutidos, principalmente no que diz respeito a *corpora* ligados a diferentes áreas de conhecimento humano e/ou a diferentes domínios textuais.

Referências

AMORIM, J. M de. **A reinterpretção das construções passivas sintéticas**. 2011. 59 f., il. Monografia (Licenciatura em Letras Português) —Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. Edições Loyola, 2000.

_____. **Pseudopassiva “sintética” ou Pseudopassiva “pronominal”**. In: *Dramática da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 219- 250.

_____. **Português ou brasileiro?**: um convite à pesquisa. Vol. 1. Parábola, 2001.

BARBOSA, P.; KATO, M. & DUARTE, E.. 2003. **Sujeitos indeterminados em PE e PB**. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística* 26. 405-9.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Nova Fronteira, 2012.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M.. **Educação em língua materna**. Parábola Ed., 2004.

_____. **Nós chegemo na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, 263p.

BRITO, S. S. **SE passivo?:** pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda. 2007. 142 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística) —Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CÂMARA JUNIOR, J. M. (2002). **Manual de expressão oral e escrita**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes.

CARNEIRO, M. M.; OLIVEIRA, A. L. A. M.. **A escrita como uma atividade socialmente relevante:** amostras de atividades da sala de aula de língua inglesa em uma abordagem baseada em gêneros. *Trab. linguist. apl.*, Campinas, v. 56, n. 1, p. 187-211, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132017000100187&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06de Out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/010318135159183271>.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, M. A. F. da. **A complexidade da passiva e as implicações pedagógicas do seu uso**. In: *Linguagem & Ensino*, Vol. 3, No. 1, 2000 (107-116).

DUTRA, R. **Considerações sobre o 'se':** o pronome camaleão. *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, [S.l.], n. 5, p. 74-87, june 2015. ISSN 0101-3548. Available at: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cltl/article/view/7157>>. Date accessed: 07 oct. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.17851/0101-3548.3.5.74-87>.

HYLAND, K.. **Academic discourse:** English in a global context. London: Continuum, 2009.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 7. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986.

MARCIANO, L. W. O. **“Ferra-se cavalos” – de apassivador a indeterminador:** o uso do clítico SE como estratégia de desagentivização verbal. Belo Horizonte, 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Universidade Federal de Minas Gerais.

MARTINS, E. F.; OSÓRIO, P. J. **Da postulação da voz passiva pronominal em português**: tradição e ruptura no pensamento gramatical brasileiro. *Glauks (UFV)*, v. 10, p. 111-129, 2010.

MORAIS, F. B. C. **Entre alhos e bugalhos**: os diferentes usos do clítico SE na escrita acadêmica. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOREIRA FILHO, J. L. **Kitconc 4.0**. 2008. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=394>> Acesso em: 15 ago. 2016.

NUNES, J. M. **Se apassivador e se indeterminador**: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 20, p. 33-58, 1991.

OLIVEIRA, A. L. A. M.; MIRANDA, M. A. **Corpus Acadêmico do Português Brasileiro (CAPB)**. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 4ª ed., 2000.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008 [1966].

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de 'poodle'**: variação linguística, mídia e preconceito. *Parábola*, 2005.

Recebido em 02 de março de 2020
Aprovado em 05 de maio de 2020